

Direito

MINERÁRIO

*Acesso a imóvel de terceiro
para pesquisa e lavra*

***William
Eroiro***





Belo Horizonte	São Paulo
Av. Brasil, 1843,	Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG	8º andar, cj 82
Tel.: 31 3261 2801	Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007	CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2019, D'Plácido Editora.
Copyright © 2019, William Freire.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe Plácido Arraes

Editor Tales Leon de Marco

Produtora Editorial Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico Nathalia Torres
(Imagem por Jack Sloop, via Unsplash – modificada)

Diagramação Letícia Robini

Catálogo na Publicação (CIP) Ficha catalográfica

FREIRE, William.

Direito mineral: Acesso a imóvel de terceiro para pesquisa e lavra -- Belo Horizonte:
Editora D'Plácido, 2019.
338 p.

ISBN: 978-65-5059-061-1

1. Direito. 2. Direito Mineral. I. Título.

CDD342.1245

CDU34

D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Sumário

1. Introdução	19	Código de Mineração, lei especial	42
Relações jurídicas entre minerador e o proprietário ou possuidor do imóvel	19	Processo administrativo-minerário, direito minerário e título minerário	43
Direito da Mineração	20	Processo administrativo minerário	44
Separação entre a propriedade do imóvel e os recursos minerais	21	2. Dos regimes de exploração mineral	45
A mineração deve ser conduzida no interesse nacional	24	O Direito Minerário	45
Condução da mineração no interesse nacional: objetivo a ser alcançado	26	Natureza e efeitos dos requerimentos de direito minerário	46
A importância da mineração	28	Autorização de Pesquisa	48
Características da atividade mineral que interferem na relação do minerador com o proprietário ou possuidor do imóvel (superficiário)	30	Conceito de pesquisa mineral	48
<i>Prazos curtos e rígidos a serem cumpridos</i>	30	A autorização de pesquisa	49
<i>Interesse público no desenvolvimento da atividade mineral</i>	32	Concessão de lavra	53
<i>Rigidez locacional</i>	33	Conceito de lavra	53
<i>A mineração é de utilidade pública</i>	34	A Concessão de Lavra	53
<i>Interesse da União na expansão das reservas minerais</i>	38	O Manifesto de Mina	58
Proteção especial da atividade mineral	39	Regime de Licenciamento Mineral	59
<i>Superficiários não podem interferir no processo administrativo na ANM</i>	40	Características do Licenciamento Mineral	59
Princípios de Direito Minerário	40	Permissão de Lavra Garimpeira - PLG	60
		Características da Permissão de Lavra Garimpeira	60
		Alteração de regime	61
		Registro de extração	61

3. Ingresso em imóvel de terceiro para atividade mineral 63

Introdução.....	63
Ingresso em imóvel de terceiro.....	64
Ordem de imissão na posse do imóvel.....	67
A imissão na posse do imóvel não se confunde com a imissão de posse administrativa na jazida.....	67
A imissão de posse na jazida não constitui pré-requisito para ingresso no imóvel.....	68
Ocupação gradativa.....	68
Ingresso em imóvel de terceiro para cumprimento de obrigações ambientais.....	69
Ingresso em imóvel de terceiro localizado dentro do polígono da Autorização de Pesquisa.....	70
<i>Introdução.....</i>	<i>70</i>
<i>Ingresso (ou permanência) em imóvel de terceiro após o vencimento da Autorização de Pesquisa (ou sua prorrogação).....</i>	<i>70</i>
Ingresso em imóvel de terceiro localizado <i>fora</i> do polígono da Autorização de Pesquisa.....	73
Efeitos da Guia de Utilização no pagamento dos danos e da renda.....	73
Ingresso em direito minerário de terceiro para pesquisa.....	75
Ingresso em imóvel de terceiro para Concessão de Lavra.....	75
Introdução.....	75
<i>O art. 41 do Regulamento do Código de Mineração — RCM.....</i>	<i>75</i>
Ingresso para lavra em imóvel de terceiro localizado dentro do polígono da Concessão de Lavra.....	76
Ingresso em imóvel de terceiro localizado <i>fora</i> da Concessão de Lavra.....	77
Ingresso para lavra em imóvel de terceiro nos Manifestos de Minas.....	77
Ingresso em imóvel de terceiro no regime de Licenciamento Mineral.....	78

Ingresso em imóvel de terceiro para proteção de fonte de água mineral.....	78
Ingresso em imóvel de terceiro para Permissão de Lavra Garimpeira.....	79
Ingresso em imóvel localizado fora do direito minerário, avançando sobre imóvel e direito minerário de terceiro.....	79
Ingresso em direito minerário de terceiro, em imóvel próprio.....	80
Minas subterrâneas.....	81
Efeito sobre o pagamento de danos e a renda.....	81
Mina subterrânea e limite horizontal.....	82
Mina subterrânea e o efeito sobre o pagamento de danos e renda.....	82
Atividade mineral em terrenos públicos.....	83
Reavaliação de reservas.....	84
<i>Litígio com superficiário não interfere no Relatório de Reavaliação de Reservas.....</i>	<i>84</i>
A posição do Judiciário.....	84
<i>Casos especiais são tratados de forma especial.....</i>	<i>85</i>

4. Servidão Mineral 87

Introdução.....	87
Natureza jurídica.....	88
O Art. 6º do Código de Mineração.....	91
O artigo 59 do Código de Mineração.....	92
O artigo 60 do Código de Mineração.....	92
O Art. 61 do Código de Mineração.....	93
Servidão Mineral tem características próprias.....	93
Servidão Mineral não se confunde com servidão civil.....	94
A Servidão Mineral não exige necessidade absoluta do imóvel.....	95
Servidão Mineral sobre direito minerário de terceiro.....	97
Servidão Mineral sobre condomínios residenciais.....	98
O ato declaratório de Servidão Mineral.....	98
Imóveis dentro do polígono do direito minerário.....	99
A declaração de utilidade pública — DUP.....	101

<i>O art. 2º, XXI da Lei 13.575/2017</i>		
<i>e o art. 41 do Decreto 9.406/2018</i>	101	
Momentos de outorga da		
Servidão Mineral <i>administrativa</i>	102	
Antecipação da outorga e		
publicação da Servidão Mineral	102	
Momentos para requerer a Servidão Mineral <i>judicial</i>	104	
Divisibilidade da Servidão Mineral	105	
Efeitos da cessão parcial ou arrendamento		
parcial sobre a Servidão Mineral	105	
Disponibilidade do direito		
minerário e Servidão Mineral	105	
A Servidão Mineral é constituída		
em favor do empreendimento	106	
A Servidão Mineral acompanha o empreendimento	106	
Servidão Mineral e pagamento do IPTU e do ITR	107	
5. Desapropriação em		
favor da mineração	109	
6. Procedimento judicial		
para avaliação dos		
danos e da renda	111	
Introdução	111	
Início do procedimento judicial	111	
Procedimento iniciado pelo minerador	111	
Procedimento iniciado por meio de		
ofício da ANM ao Juízo da Comarca	113	
Natureza do procedimento de avaliação		
judicial de danos e renda	117	
Objeto do procedimento para avaliação judicial		
de danos e rendas para pesquisa ou lavra	119	
Limites da irrisignação do superficiário	122	
Questões ambientais devem ser arguidas		
fora do procedimento de avaliação judicial	124	
Competência para o procedimento		
judicial de danos e renda	127	
Imóvel situado em mais de uma Comarca	128	
Aplicação do Decreto-Lei 3.365/41 aos		
procedimentos judiciais para avaliação		
de danos e renda para pesquisa ou lavra	129	
Documentos essenciais e documentos acessórios	133	
Conteúdo dos direitos minerários		
e dos Laudos de Servidão Mineral	133	
Indicação das atividades a		
serem realizadas no imóvel	134	
Notificação ao superficiário	134	
Anotação de responsabilidade técnica — ART	135	
Desnecessidade de interveniência		
do Ministério Público estadual	135	
Desnecessidade de participação		
do Ministério Público Federal	136	
Desnecessidade de intimação		
da Agência Nacional de Mineração	136	
O valor do procedimento de		
avaliação de danos e rendas	136	
Extinção do procedimento por		
inércia do minerador e custas	138	
Do polo ativo	138	
Posição do minerador. Pessoa delegada	139	
Polo ativo e arrendamento do direito minerário	139	
Interesse e legitimidade para proteger		
a área do direito minerário	140	
Do polo passivo	143	
Superfície indefinido	144	
Disputa entre superficiários	144	
Denúnciação da lide	146	
Conflitos minerários que não são discutidos no		
procedimento de avaliação judicial e danos e rendas	147	
Invasores não são indenizados	147	
Tentativa prévia de negociação não constitui		
requisito para o início do procedimento judicial	147	
Citação do cônjuge	148	

Invasão superveniente ao início do procedimento judicial	149	<i>Prospecção aérea</i>	165
Prorrogação da Autorização de Pesquisa no curso do procedimento judicial	149	<i>Drones</i>	165
<i>Efeito da prorrogação da Autorização de Pesquisa</i>	152	<i>Modificação de uso em área com Servidão Mineral já constituída</i>	165
Ingressos sucessivos durante a Autorização de Pesquisa	153	<i>Indenização por danos. Análise prática</i>	166
Período de permanência reduzido	154	<i>Pagamento da renda</i>	169
Pagamento da renda integral pelo período da Autorização de Pesquisa e restituição antecipada do imóvel	154	<i>Ocupação por prazo inferior ao da Autorização de Pesquisa</i>	170
Continuidade da pesquisa após o vencimento da Autorização de Pesquisa: art. 9º, § 7º do Decreto 9.406/2018	154	<i>Alteração da Servidão Mineral</i>	171
Continuidade da pesquisa com Autorização Especial de Pesquisa	155	<i>Arrendamentos e subarrendamentos do imóvel</i>	172
Retificação da Autorização de Pesquisa	156	<i>Avaliação decorrente da pesquisa com Guia de Utilização — GU</i>	172
Avaliação judicial cumulada com consignação em pagamento	157	<i>Limites financeiros na avaliação dos danos e da renda para pesquisa mineral</i>	175
Crítérios de fixação do valor do dano e da renda	158	<i>Limites para avaliação de danos e renda para lavra (sob qualquer regime)</i>	175
<i>Crítérios gerais</i>	158	<i>Indenização sobre danos e renda sobre a área efetivamente ocupada</i>	176
<i>O Plano de Pesquisa</i>	159	<i>Inutilização de parte remanescente do imóvel e indenização</i>	177
<i>Indenização por danos</i>	160	<i>Pagamento pelo valor total da propriedade</i>	178
<i>Simplex existência de direito minerário sobre imóvel não configura incomodo ou dano</i>	161	<i>Mineração em terras públicas. Pagamento de renda</i>	178
<i>Garantia máxima. Caução no valor venal do imóvel</i>	162	<i>Ampliação do uso de servidão preexistente</i>	179
<i>Lançamento do Imposto Territorial Rural — ITR como parâmetro para definir o valor da caução</i>	162	Medidas procrastinatórias pelo superficiário	179
<i>Depósito do valor pedido pelo superficiário como caução</i>	163	Efeitos dos artigos 57 e 87 do Código de Mineração nas relações jurídicas com o superficiário	182
Atividade mineral sem consentimento prévio do superficiário	163	O artigo 62 e os artigos 57 e 87 do Código de Mineração	184
<i>Litígio com o superficiário não interfere no Relatório Final de Pesquisa</i>	164	O artigo 62 do Código de Mineração e o artigo 300 do CPC	185
Métodos de levantamento de dados não invasivos	164	Levantamento do valor oferecido como caução	186
		Ocupação do imóvel submetido à Servidão Mineral, pelo superficiário	186
		Tributação sobre o pagamento dos danos e da renda	187
		A perícia	187

Introdução	187
O perito oficial	189
O laudo pericial	191
Marco para definição do valor da indenização	192
Dupla cientificação. Desnecessidade	194
Nova perícia	194

7. Das tutelas de urgência e de evidência 197

Cabimento da tutela de urgência	197
Atividade mineral é considerada urgente	199
A demora na tramitação do processo administrativo não significa falta de urgência	203
Os prazos para o minerador cumprir suas obrigações se iniciam com a publicação do direito minerário no Diário Oficial	203
Urgência excepcional em projetos integrados	204
D congestionamento do Judiciário e reflexos para a atividade mineral	204
Análise dos requisitos necessários para obter a tutela de urgência	206
<i>Requisitos para a concessão da tutela de urgência na jurisprudência</i>	206
<i>Probabilidade do direito</i>	207
<i>Perigo de dano irreparável</i>	207
<i>Risco de que o procedimento perca seu resultado útil</i>	210
<i>Ausência de perigo de irreversibilidade</i>	211
<i>Aceitação do valor da caução baseado em laudo elaborado pelo minerador</i>	212
<i>Cabimento da tutela de urgência sem oitiva do superficiário</i>	212
<i>Momento de apuração definitiva do justo valor</i>	213
<i>Prejuízo financeiro relevante para o minerador como fundamento acessório para deferimento da tutela de urgência</i>	214

<i>A imissão de posse provisória e a definitiva</i>	214
<i>Danos à economia local como fundamento acessório para deferimento da tutela de urgência</i>	216
<i>Caução e indenização</i>	216
<i>Se houver recomposição integral da área pelo minerador não haverá danos a serem indenizados</i>	219
<i>Caução mediante fiança bancária ou seguro-garantia</i>	219
<i>Caução mediante cheque</i>	220
<i>Requerimento de tutela de urgência sem caução</i>	220

Concessão de tutela de urgência e perícia judicial preliminar. Incompatibilidade	222
Decisão judicial com oportunidade de alteração da caução	223
Ampliação da tutela de urgência	223
Deferimento da tutela de urgência e atividades no imóvel	224
O conceito de manutenção do estado de fato do imóvel para o procedimento de avaliação judicial de danos e renda	225
Registro da decisão da outorga da tutela de urgência	226
Tutela de evidência	226

8. A sentença no procedimento de avaliação judicial 227

Introdução	227
Marco inicial do pagamento da renda pela ocupação	227
Caução e renda depositados em excesso	228
Caução ou renda inferior ao valor apurado pelo perito oficial	229
Despesas processuais	229
Adiantamento das despesas periciais	231

Falecimento do titular da Autorização de Pesquisa no curso do procedimento judicial	232	oferecido ao Juízo como caução concomitantemente com o pedido de tutela de urgência	247
Cessão do direito minerário no curso do procedimento de avaliação judicial	232	Abuso de direito configura ilícito civil	247
Astreintes	233	A visão equivocada do superficiário em relação ao licenciamento ambiental	250
Danos morais	233	Direito comparado	250
Indenização por danos e a renda: direito disponível	235	Desnecessidade de indenização por danos para ingresso para estudos ambientais	251
Honorários de advogados	235	Pagamento de renda em ingresso para estudos ambientais	252
Liquidação por artigos	236	Suprimento de consentimento para simples início do processo de licenciamento ambiental não gera direito a indenização	252
Extinção do procedimento em razão da inércia do minerador	237	Procedimento	252
Embargos de terceiro no procedimento de jurisdição voluntária	237	Cabe tutela de urgência para suprimento de consentimento	253
Natureza da ocupação obtida mediante procedimento judicial	238	<i>Jurisprudência sobre suprimento de consentimento</i>	254
Apelação	238		
Efeito suspensivo excepcional	239		
Recurso Especial	239		
Efeitos da decisão judicial em caso de venda do imóvel ou cessão do direito minerário	240		
Alienação do imóvel ou direito minerário em hasta pública	240		
Alternativas judiciais	241		

9. Suprimento de consentimento do superficiário para o licenciamento e estudos ambientais **243**

Introdução	243
Rigidez locacional. Reflexos jurídicos	244
Função social da propriedade imobiliária	244
Vocação e função social do imóvel mineralizado	245
Ingresso para estudos ambientais	246
Ingresso do assistente técnico no imóvel a fim de obter dados para elaborar o laudo que definirá o valor a ser	

10. A Participação do Proprietário no Resultado da Lavra – PPRL **255**

Introdução	255
A PPRL apenas se aplica aos direitos minerários outorgados após a Constituição de 1967	257
A PPRL não se confunde com o pagamento para ingressar no imóvel	258
Valor da causa em ações de cobrança da PPRL	259
Não cabe discussão da PPRL no procedimento judicial para ocupação da superfície	259
Manifesto de Minas não pagam PPRL	259
O possuidor, apenas, não tem direito à PPRL	260
Propriedade adquirida via ação de usucapião e PPRL	260
Venda do imóvel para o minerador e a PPRL	263

11. Contratos minerários envolvendo ingresso

e permanência do minerador no imóvel 265

Introdução.....	265
Eventual inadimplemento contratual do minerador não transforma sua posse em injusta.....	266
Contrato anterior com o superficiário e necessidade do provimento judicial superveniente.....	267
Contratos de arrendamento rural.....	268
Relações jurídicas múltiplas. Contrato privado e Servidão Mineral.....	269

Notas de fim 270

Referências 319

Apêndice I: 21 minas diferentes para fabricar uma simples lâmpada 327

Índice alfabético-remissivo 329
